

**SÓ MAIS UM. *SPOKEN WORDS* E  
UMA DEMOCRACIA MAL CONTADA**

**ONLY ONE MORE, JUST ANOTHER ONE.  
SPOKEN WORDS AND A DEMOCRACY COUNTED BADLY**

Lígia Maria Winter<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo propõe a leitura de alguns *spoken words*, na cena das competições brasileiras de *Poetry Slam*, de modo a pensar estratégias composicionais que denunciem duas “técnicas de errar a conta” na democracia contemporânea brasileira: a técnica da confusão e a do embaraço. Tais técnicas são compreendidas a partir da imagem do povo como “classe do dano”, objeto de um “erro” na contagem das partes, que rejeita as “pessoas de nada”, na leitura que Rancière faz de Platão e Aristóteles a respeito da divisão da pólis grega. A ausência de propriedade e o lugar enunciativo daqueles que foram rejeitados ao silêncio ou ao “barulho animal”, nos termos de Rancière, reencenaria outra imagem platônica, a de *khôra*. A hipótese interpretativa é a de que o lugar enunciativo e as estratégias de volteio dos *spoken words*, ao exporem tais técnicas, teriam um potencial político de reencenar o problema subtraído pelo pensamento filosófico, na nomeação desse dano e na projeção de um lugar próprio.

**Palavras-chave:** *slam*, *spoken word*, democracia.

**Abstract:** This article proposes the reading of some spoken words, in the Brazilian Poetry Slam scene, in order to think about compositional strategies that denounce two “techniques of making mistakes” in contemporary Brazilian democracy: a technique of confusion and one of an embarrassment. These techniques are understood from the image of the people as “a class of damage”, object of a “mistake” in the counting of parts, that rejects the “people of nothing” in Rancière’s reading of Plato and Aristotle about the division of the Greek polis. The absence of property and the enunciative place of those who were rejected to silence or to an “animal noise”, in Rancière’s terms, reenact another

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: <wligiaw@yahoo.com.br>.

platonic image, *khôra*. An interpretive hypothesis is that the enunciative place and the compositional strategies of the spoken words, exposing such techniques, have a political potential to reenact the problem subtracted by philosophical thinking in naming a harm and designing one's own place.

**Keywords:** slam, spoken word, democracy.

“Quem não tem parcela – os pobres na Antiguidade,  
o terceiro estado ou o proletariado moderno  
– não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo.  
[...] O povo não é uma classe entre outras.  
É a classe do dano [...]”  
(Jacques Rancière)

Em *O desentendimento*, Rancière (1996) acusa uma subtração, operada pela filosofia platônica, da qualidade do que é *próprio* da política, em sua leitura de Aristóteles: a capacidade da palavra, do *logos*, predicado do animal lógico-político que é o humano, nomear um dano fundamental na contagem e atribuição das partes da pólis. Trazida por Aristóteles como função da palavra – “a palavra está aí para manifestar o útil e o nocivo e, por consequência, o justo e o injusto” (ARISTÓTELES *apud* RANCIÈRE, 1996, p. 17) –,<sup>2</sup> a noção de dano desaparece na tradução de Trasímaco, no livro I da *República*, passando a se dar “em termos de lucros e perdas” (RANCIÈRE, 1996, p. 20). Nela, “o ‘lucro’ de um não é o ‘dano’ de outro”, “a superioridade” beneficia “o ‘inferior’ sobre o qual se exerce”, a justiça é “a vantagem do superior”, o “interesse do mais forte” (p. 19). Tal tradução figura, portanto, uma “pólis sem dano” (p. 19), segundo Rancière, ou seja, um pensamento filosófico de comunidade que subtrai o problema político, repetindo o dano que silencia as vozes das “pessoas de nada” (p. 25), dos “sem-parcela” (p. 47). A filosofia platônica se fundamentaria, assim, sobre esse duplo dano, legitimando-o, o que teria consequências na concepção de democracia sob sua esteira. Segundo Rancière, no “mestre antidemocrata” (p. 25) Platão, a democracia seria um entrave ameaçador, uma “perturbação no *logos* e em sua realização política como *analogia* das partes da comunidade” (p. 35), operada pelo “gordo animal” (p. 35) social; já em Aristóteles, a democracia apontaria para a capacidade política, de reordenação social, da palavra (do *logos* inesperado) dessas “pessoas de nada”, ao nomear o dano ou erro de contagem que fundamenta a pólis e

---

2 Formulação “enigmática e polissêmica” em que se mantém “obscura” a relação entre o “nocivo” e o “injusto”, a partir do “útil”, uma vez que o uso grego “não estabelece nenhuma oposição clara”, nos termos de Rancière (1996, p. 17).

rejeita a “maioria dos seres falantes” ao silêncio ou ao “barulho animal” (RANCIÈRE, 1996, p. 36).

Rancière (1996, p. 24) compreende, portanto, como *próprio* da política, justamente aquilo que a ordenação platônica da pólis nega, rejeita ou silencia: a potência de reordenação sociossimbólica da palavra “não contada” do “povo”, compreendido não como uma classe entre outras, mas como a “classe do dano”. Na ordenação platônica de uma “pólis sem dano”, o “povo” sofre uma violência sociossimbólica (do “lucro sem dano”, da “vantagem do superior”, do “interesse do mais forte”), que se apresenta pelo signo falsamente “neutro” da “comunidade”. A capacidade do “povo” para nomear essa violência configuraria uma ideia de democracia que transtornaria a contagem das partes, a divisão comunitária platônica, o que justificaria o temor de Platão a essa classe. Em outros termos, a leitura da democracia como entrave, por Platão, figura uma ordem simbólica de subtração que se apresenta como “comum”. O impedimento da contagem da palavra da maioria dos seres falantes seria o sustentáculo dessa ordem simbólica, um sustentáculo que se manifesta como dano. Tais seres “não contam” em vários sentidos: não têm importância, são rejeitados na contagem das partes, deixam de participar da história, uma vez que perdem a capacidade de “contar”, de dizer a história.

Se a palavra “não contada” do povo, em nome do dano que o ausentou da contagem, passa a *contar*, no sentido de relatar, de dizer a história e de *nomear* esse dano, ganha, pelo deslize viabilizado pelo mesmo erro de contagem, a capacidade de reclamar para si o todo da comunidade – “quem não tem parcela [...] não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo” (RANCIÈRE, 1996, p. 24) – o que abala a organização sociossimbólica que tinha, na rejeição, seu fundamento. No momento, portanto, em que seres “de nada”, rejeitados à não palavra, à não história, tomam a palavra e nomeiam o dano (a rejeição, o silenciamento) sobre o qual a ordem social se simboliza, uma reordenação do “comum” é forçada, e a palavra dos de “nada” passa a qualificar a capacidade política em si. Há política, portanto, quando a palavra do “descabido” *demos*, “amontoado de pessoas de nada” (p. 24), provoca uma ruptura na “ordem policial” (p. 43), na expressão de Rancière, do “comum”, ordem que designa o lugar dos corpos por uma rejeição fundamental, e assume, em nome do dano, o lugar do todo, o nome do “povo”.

A leitura do “povo” como nome capaz de forçar a reordenação dos lugares atribuíveis, a partir de um *demos* que se caracteriza por signos

de ausência (pessoas “de nada”, “sem propriedade”), decorrentes de uma subtração violenta fundadora do “comum”, no cerne da definição da política, traz à reflexão outra imagem platônica, agora com Derrida (1998, p. 111), a de *khôra*, o “impassível, transcendente e subjacente, infigurável receptáculo de todas as figuras, conservando como sua inalterável propriedade o não ter em suma nenhuma propriedade e ser bastante indeterminado, bastante amorfo para tomar sobre si todas as formas”. Para Derrida, *khôra* instaura o problema dos gêneros e genealogias, ao extrapolar as fronteiras entre gêneros de entes (visível/invisível, sensível/inteligível), entre gêneros do discurso (*logos/mythos*), entre “tudo aquilo que é ou não é em geral” (p. 13). *Khôra* seria da ordem de um “terceiro gênero” que compreenderia “tudo e o resto”, e que afetaria “as formas de um discurso sobre os lugares, principalmente os lugares políticos, uma política dos lugares inteiramente comandados pela consideração dos lugares (lugares na sociedade, região, território, país) como lugares atribuídos a tipos ou formas de discurso” (p. 33). Como aporia e *mise-en-abyme* enunciativo, *Khôra* ao mesmo tempo sustenta e se retira (de certa forma, resiste) de toda política de lugares atribuíveis.

Deixado “de lado” ou “de fora” da contagem, posto no lugar de “resto”, o povo (“os pobres na Antiguidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno”), como classe “do dano” (seres “de nada”, seres “sem propriedade”, deixados fora da contagem das partes), para Rancière, sustentáculo de uma política interna que opera por subtração, ocupa um lugar ao mesmo tempo de ausência, margem e suporte/sustentáculo (ausência ou resto que sustenta uma ordenação violenta/danosa). Essa imagem do povo, que, como efeito do dano ou erro de contagem (“sem-parcela”), “não pode ter outra parcela a não ser nada ou tudo”, pode refigurar *khôra*, lida como “tudo e o resto”, elemento “inapropriável” que a tudo “dá lugar”, sem pertencer a “lugar nenhum”, a linhagem nenhuma. O lugar de “lado”, “fora” ou “resto” do povo expõe um *logos* que ordena os lugares sociais por deportação (subtração, retirada).

Quando Sócrates fala sobre o lugar das crianças na pólis, por exemplo, o faz evocando *khôra* como lugar próprio, mas que depende de um deslocamento secreto a outro lugar, para passagem pelo crivo. Como lemos com Derrida (1998, p. 38), Sócrates afirma que “É preciso criar ‘as crianças dos bons’, transportar as outras em segredo para

outro lugar, continuar a mantê-las em observação e efetuar uma nova operação de passagem pelo crivo, atribuindo a cada uma seu lugar (*khôran*). Nessa fala sobre a atribuição do lugar próprio das crianças, o que se destaca é um *logos* (um “crivo”) que opera “em segredo”, por deportação – ordenação por retirada – a um lugar provisório (de espera e observação) e abjeto (em que aguardam os potencialmente “não bons”). Como figura de *khôra*, o nome do “povo” exporia, em nome do dano que figura o lugar do “resto”, esse *logos* que deporta em segredo, um “segregar” sobre o qual se sustenta a “comunidade”, a “união” de um povo, raça, pátria, língua, *gênos*; de modo a forçar a reordenação dos lugares, tocando o cerne do problema político.

O discurso científico “sério” de Timeu, que apresenta o “não lugar” “metafísico” de *khôra*, é antecipado, pela introdução “pouco séria”, bastarda, de Sócrates (por sua vez, outra analogia de *khôra*, assim como o lugar enunciativo de Sócrates, na reflexão de Derrida –1998), de modo a deixar entrever a impostura: trata-se, antes, de uma figura nascida dessa ordenação política que opera por deportação, e que a oculta, na figuração filosófica da “pólis sem dano”. Na exposição dessa impostura “de origem”, que diz respeito aos “gêneros e genealogias”, tanto o lugar sério dos políticos e filósofos, que *falam [logois] e agem [ergois]*, é acusado, quanto o lugar, os *gênos*, de simulacros (*poiêtikon genos, tôn sophistôn genos*), lidos no que têm de impróprio para a contagem da pólis, “daqueles que têm lugar, por natureza e por educação” (p. 39).

Há capacidade política de reordenação sociossimbólica de uma palavra (*logos*) inesperada, que passa a *contar*, a partir desse lugar segregado e segredado (lugar do barulho animal, lugar da espera pelo crivo), resultante de um *logos* ordenador que se sustenta sobre o dano, sobre o “erro de contagem” que deporta para o lugar dos que não têm lugar, do inumano ou abjeto – barulho, silêncio. Se há esse *contar*, há denúncia de uma impostura na ordenação, na contagem das partes da comunidade, de modo a evidenciar o impróprio desse *logos* (o não *logos* que o sustenta) e recuperar a palavra, num volteio que resiste à rejeição, nomeia o dano e projeta um lugar próprio. A palavra de um “amontoado *demos*”, sem propriedade e fora da contagem das partes, tornada palavra “povo” e palavra “do povo” teria esse potencial de trazer de volta à cena o problema político subtraído pelo pensamento filosófico platônico de comunidade.

Na cena dos relativamente recentes campeonatos brasileiros de poesia falada [spoken word] intitulados de *Slams*,<sup>3</sup> *Slam Poetry* [slam poesia], que vêm ocupando diferentes espaços sociais, a imagem da pólis grega aparece relançada pelo discurso dos organizadores, de modo a enlaçar o lugar político das palavras e atos ao lugar poético do simulacro nos atuais centros urbanos, projetando “um espaço para livre expressão poética, uma ágora onde questões da atualidade são debatidas” (D’Alva, 2011, p. 121). Essa projeção traz à cena uma vontade de igualdade, de participação política, uma ideia de democracia, figurada na imagem de uma “ágora do agora”,<sup>4</sup> expressão que, acrescida de um acento para marcar a diferença da pronúncia (*Ágora do agóra*), intitula um documentário realizado pelo Slam Resistência, em 2018, com apoio da Secretaria de Cultura Municipal de São Paulo. Entrecortado por trechos de *spoken words* de participantes, o documentário traz a voz de idealizadores e organizadores<sup>5</sup> desse Slam e do Slam da Guilhermina. Falam sobre o início do Slam Resistência em 2014, na Praça Roosevelt, atrelado às “Quintas de Resistência”, encontros em que advogados e ativistas sociais se reuniam para tratar questões sobre as manifestações de 2013 e a intervenção policial, os atritos com a polícia e sobre a importância cultural, poética e política do movimento para a tomada da palavra e o redesenho da cena cultural urbana, de modo a responder a um contexto de crescente adesão a políticas de exceção, firmadas por discursos político-midiáticos na configuração de protótipos violentos, que se mantêm sob o signo da neutralidade.

A composição léxico-semântica “ágora do agora” reconstitui e redireciona a memória do lugar das assembleias gregas, das discussões e dos tribunais populares, lugar público por excelência, para o espaço-

---

3 *Slam* é uma onomatopeia da língua inglesa utilizada nas finais de torneios de esportes como o *baseball*, tênis, *bridge* e basquete, emprestada para nomear o Uptown Poetry Slam, em 1984, em Chicago, em que poetas (*slammers*) eram avaliados com notas pelo público num bar de jazz, inicialmente, e, depois, nas periferias (NEVES, 2016, p. 93). Segundo Roberta Estrela D’Alva (2014, p. 109), *slammer*, atriz e pesquisadora responsável por trazer o Poetry Slam para o Brasil em 2008 com o ZAP! Slam, o Slam é uma competição de poesia falada de difícil definição: “acontecimento poético, um movimento social, cultural, artístico que se expande progressivamente”.

4 Documentário de 30 minutos realizado com a verba do Programa VAI2, da Secretaria de Cultura Municipal de São Paulo, publicado em 2018.

5 Del Chaves, Charles M. de Jesus, Emerson Alcalde, Cristina Assunção, Lika Rosa e MC Cérebro IDP.

-tempo das praças atuais, das ruas dos centros urbanos, das proximidades de metrô, bem como das escolas (Slams escolares e interescolares), instituições culturais, televisão aberta (como o programa “Manos e Minas”, da TV Cultura), mídias sociais, entre outros espaços onde os Slams acontecem, ou onde se publicam *spoken words* de participantes, projetando uma cena circular, metonímia da expressão e volteio mnemônico “ágora-agora”; “um círculo poético onde as demandas “do agora” de determinada comunidade, suas questões mais pungentes, são apresentadas, contrapostas e organizadas de acordo com as experiências que esta vivencia” (D’ALVA, 2011, p. 121). Esse espaço “político-poético” comunitário projeta expectativas ao mesmo tempo singulares e coletivas, que se pode pensar, retomando Rancière, como unidas pelo “dano” produzido por uma ordem policial “comum” e mantido por “consensos” político-midiáticos, que resultam de assimilações da língua a um “instrumento de produção”, por certas políticas, na “tentativa de dar uma imagem unificante, homogênea, neutra da língua em relação à luta de classes” (YAGUELLO, 1981, p. 12).

No contexto grego, sabe-se que o conceito de cidadania era atribuível a um grupo seletivo e relacionado à propriedade de terras, ao nascimento, à maioria. Mulheres, artesãos, comerciantes, estrangeiros e escravos estavam à margem da tomada de decisões. Na cena dos Slams, diferentemente, são justamente os grupos cuja capacidade política de tomada de decisão é negada de modo sistêmico e cuja rejeição e subjugação violentas *suportam* (fundamentam, dão base a) as instituições e processos de dominação (negros, mulheres, LGBTQ+, indígenas etc.), alguns dos principais grupos que tomam a palavra, que fazem a *performance*, que são vistos e ouvidos, expondo essa violência e elaborando estratégias de “volteio”, de retomada da palavra negada. A cena grega é, portanto, relida como aliada para que se possa antecipar uma “legitimação posterior”, que permitiria ocupar o espaço cerceado, anunciada como pressuposta ao movimento. Tal procedimento projetaria, de maneira performática, uma mudança no presente de cada ato comunicativo. Retornando a Rancière (1996, p. 43),

[...] a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos. O

primeiro é o processo policial no sentido que o tentamos definir. O segundo é o processo da igualdade. [...] A política – voltaremos a isso – é a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embaraço: de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais? O que são essas “quais”, quem são esses “quais”? De que modo a igualdade consiste em igualdade e desigualdade? Tal é o embaraço próprio da política, pelo qual a política se torna um embaraço para a filosofia, um objeto da filosofia.

A citação traz dois elementos distintos importantes para esta discussão. O primeiro é a definição de “atividade política” como atualização de uma potência de desfazer as divisões da “ordem policial”, que apenas é possível quando um elemento heterogêneo a essa ordem, a parcela dos “sem-parcela” (“os pobres na Antiguidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno”), mostra-se pressuposto dela, de modo a exprimir a “igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante”. O segundo elemento importante é a definição do “processo de igualdade”, que, encontrando-se com o “processo policial”, processos estes heterogêneos, marcaria a existência da política. O processo de igualdade desenvolve-se a partir do que o autor chama de “princípio da igualdade”, que seria justamente o do “embaraço” na divisão das partes. O princípio de “igualdade” seria produto de escolhas de igualdades e desigualdades das partes, daí sua concepção como embaraço – o próprio da política como embaraço –, e como embaraço/objeto da filosofia.

A leitura da cena dos organizadores dos Slams, de suas publicações, além dos *spoken words* de participantes, trazem ao questionamento esse “embaraço” do “princípio da igualdade”, tanto na tentativa de definir o movimento (os seres e as “coisas” de e entre as quais não há igualdade, seres “de nada”, reclamam para si o lugar da igualdade, o nome do *povo*), quanto em sua manifestação “política” como palavra dos “sem-parcela”, conceito que se desdobra, na cena dos Slams, para as minorias sociais, como se pode notar, por exemplo, em um dos *spoken words* iniciais do documentário supracitado, o grito de guerra que instaura a cena, chama o público e apresenta o Slam Resistência:

Poetividade, intervenções culturais, sociais. Poética pra batalha, venham e tragam seus *molotovs* verbais. Dizemos mais, paz, venha a socioepifania. Poesia sempre vence, a competição é ironia. Dialético, esporte, poético. Slam com o espírito, *le parcours* com as palavras. Brasil, vandalismo lírico. Tem espaço pra geral, tem até poeta mudo. Mostre o seu poder composicional em três minutos. Tragam suas armas letrais. Atitude e inteligência. Vandalismo sem massagem na mensagem: Slam Resistência. Multietnia, é nós. “Arrou”, brasilidade.

Trovadores, pensadores da contemporaneidade. Trovadoras e pensadoras da contemporaneidade (ÁGORA DO..., 2018, [s.p.]).

Nessa composição, nota-se a associação entre atividade política e atividade poética, de modo a investir na imagem de uma resistência ao silenciamento, armada de palavras. Em “Poesia sempre vence, a competição é ironia”, o *slammer* redireciona a problemática da associação entre a ideia de competição e a de poesia, que sustentam os Slams, de modo a se defender dos desdobramentos ameaçadores ao propósito do “ativismo lírico”, lançando a ideia de competição como “ironia”. Tais ameaças vêm da ideia de competição atrelada à busca de fama, à assimilação à lógica mercantil, à indústria do entretenimento como lugar de permanência das forças neutralizadoras que se quer denunciar. O *spoken word* propõe, então, que se pense a competição como ironia, e que se pense uma relação dialética entre esporte e poesia. Em “Tem espaço pra geral, tem até poeta mudo”, embora uma imagem de abertura do espaço público e da igualdade se queira projetada e se busque trazer à cena uma ideia de democracia, pela voz de minorias sociais e pela resistência em palavras (“armas letrais”) e “atitude”, a construção frasal revela ainda segregação: “poeta mudo” projeta uma imagem errônea na referência a competições como o Slam do Corpo, Slam que reforça justamente a voz dos surdos, bem como a dimensão plurilíngue do movimento, que tem fortemente a presença de Libras. O “até” expõe essa segregação, ao retirar, do todo (“espaço pra geral”), o grupo dos poetas surdos, e destacá-lo como elemento de curiosidade/surpresa. A ordem que silencia manifesta um racismo estrutural que rejeita a expressão da “multietnia”, o que é exposto pelo texto oral, embora em certa medida reproduzido, pelo efeito segregador da construção frasal apontada. Em “Mostre o seu poder composicional em três minutos”, o *spoken word* se direciona aos participantes e dita a regra principal da competição, a do limite temporal. “Vandalismo sem massagem na mensagem: Slam Resistência” é o grito de abertura desse Slam, que chama o público à intervenção (“vandalismo”, “resistência”, mensagem “sem massagem”). Por fim, em “Trovadores, pensadores da contemporaneidade. Trovadoras e pensadoras da contemporaneidade”, o texto relaciona a imagem dos poetas à dos filósofos, de modo a trazer à cena sua dimensão crítica (de intervenção social) e marcar a presença da autoria feminina.

Como palavra dos “sem-parcela”, elemento heterogêneo à “ordem policial”, de que trata Rancière, que passaria a *contar* (e contar como foi

retirado da contagem), projetando um espaço próprio (um *logos contado*), a hipótese é a de que os *spoken words*, singularmente e em conjunto, figurem um movimento enunciativo capaz de manifestar atividade política, entendida como “potência de desfazer as divisões” da ordem policial “comum”, ao evidenciar o embaraço da igualdade por vivências individuais e comunitárias. Cada *spoken word* seria capaz de *contar* as diferentes estratégias de “errar a conta” de uma ordem cuja violência estrutural edifica e mantém instituições sociais centrais. O embaraço da contagem, da igualdade, seria, portanto, exposto por uma parcela lida, na ordenação comum, como sem-parcela, “de nada”, mas em nome do todo de um “povo” constantemente sujeitado a “erros de contagem”. A capacidade de *contar* esses erros figura-se como uma potência de “volteio” após o deslocamento (“de lado”, “restos”), uma vez que expõe tratar-se do deslocar da própria ordem (a ordem se sustenta por deslocamentos). Como base, a palavra dos sem palavra, que suportava os processos de dominância e suas instituições, silenciada, passa a se enunciar como palavra própria não de uma parcela de margem, mas da margem como o todo de um povo “multietnia”, única palavra apta a contar a história. Esse volteio viabilizaria a retomada da cena negada, em resistência à história de uma voz “unificadora” e “neutra”.

Permanece por verificar a efetividade sociopolítica desse potencial, tendo em vista incoerências de base e ameaças de forças, como a da assimilação (à ordem, à lógica mercantil) e a da neutralização (violência que impede a ocupação dos espaços, a visibilidade dos corpos, a recepção das palavras). Em uns aspectos, bem-sucedida nesse “voltar” da cena de dominância; em outros, assimilada ou diluída em projeções que impedem a singularização, a capacidade política de nomeação do dano, reordenação sociossimbólica e projeção de um lugar poético-político de “resistência”, dos *spoken words* nos Slams, mantém-se inquietante e demandando reflexão.

\*\*\*

Retomando e relendo a cena grega com Rancière, compreendemos que a ordem social se simboliza sobre o dano, sobre os “sem-parcela”, e esse dano é efeito do que podemos pensar como “técnicas de errar a conta”. Na cena dos Slams brasileiros, pelo menos duas técnicas de “contagem”, ou de fazê-la falhar, aparecem, nos *spoken words* dos participantes, de modo “volteado” (como denúncia e como retomada da cena): a técnica

da confusão (confusão tornada técnica de confundir, de distinguir) e a do embaraço (embaraço tornado técnica de criar embaraços). Ambas podem fazer parte da qualificação do que se nomeia “democracia” no cenário atual do país, de crise de representatividade, apoio a discursos de ódio e a políticas de exceção como participantes de uma representação “comum”, a conceber direitos como entraves. A técnica da confusão esvazia singularidades (as torna irrelevantes), e a do embaraço transforma singularidades em elementos percebidos socialmente como desagradáveis ou hostis, a serem silenciados.

Tais técnicas operam deslizamentos semântico-políticos que moldam uma obviedade social (clareza, visibilidade) produtora de seres que “não contam” – dos pontos de vista discursivo (condenados ao ruído), espacial (sem-parcela na partilha do espaço) e em termos de relevância (importância, valor). São técnicas de rejeição e sujeição, atuantes na distribuição dos lugares, na negociação da visibilidade que delinea a dimensão estética da política, nas maneiras de organizar o sensível, nos termos de Rancière (1996). Ambas aparecem em *spoken words* de participantes dos Slams, de modo a exporem seu prejuízo, fazerem contar aquilo que não conta ou que deixou de ser contado, que se perdeu da conta, que foi posto no lugar da dívida; fazer visível e audível aquilo cuja negação constitui o óbvio. Tal exposição reencena o conflito a partir do que ele produz como subjacência, relendo o impasse provocado pela falha (intencional) na contagem, de modo a projetar uma abertura estética, no sentido amplo, com Rancière, de um processo de emancipação do qual adviriam novas práticas, percepções e possibilidades de organização social.

A técnica da confusão opera pelo oposto da confusão, ou seja, por distinção. O *spoken word* do *slammer* WJ (JESUS, 2017, [s.p.]), por exemplo, a apresenta da seguinte maneira: “Século 21, onde tudo é comum, policial confundiu um negro com traficante e matou. [...] era só mais um. Esse aí é o meu povo, mas eu aposto cem mil contigo que amanhã ele confunde de novo”. A composição denuncia não uma confusão pontual, sem intenção e “comum” no sentido de “natural” (“confundir”, “errar” é natural); mas uma técnica de “operar confusões”, definindo a “normalidade” da polícia, como ferramenta do Estado; uma técnica “comum”, no sentido de que é habitual, normalizada (tornada invisível). A “técnica de confundir”, que figura o que é lido como “habitual” e “óbvio”, é exposta pelo *spoken word* como uma técnica de distinção, no momento em que ele denuncia,

aliado a ela, o campo semântico da repetição, pelo advérbio “de novo”. Em “eu aposto cem mil contigo que amanhã ele confunde de novo”, os verbos “apostar” e “confundir”, que levariam a pensar num futuro casual, recebem a informação trazida pelo advérbio e mostram esse futuro como premeditado, efeito de uma técnica que, com seus “erros de contagem”, produz o dano, os “sem-parcela”, e fundamenta a percepção social, aquilo que é “comum”. A manutenção da ordem policial acontece pela técnica da confusão, que molda o visível, a história, a distribuição dos lugares sociais.

Atrrelada a ela, a técnica de produzir embaraços na contagem das partes, de modo a transformar grupos sociais em elementos percebidos com hostilidade, como desagradáveis, pelo corpo social, é exposta pelo sintagma “era só mais um”, acrescido da caracterização “esse aí é o meu povo”. A expressão comum “só mais um”, que, por ser comum, passaria isenta de análise, coloca diretamente a questão da contagem, figurando na linguagem o processo social de exclusão, de violência estrutural, de marginalização – especificamente do povo negro, “deportado” a um lugar “embaraçoso”, abjeto. Como advérbio, “só”, em “só mais um”, “somente mais um”, de *solus* (“só”, “único”), significa “unicamente”, “exclusivamente”. As imagens da separação e da exclusão são trazidas à cena, como se o que fosse “único” e “exclusivo”, assim o fosse justamente por não participar da contagem do “todo”, por ser um elemento de “exclusão”, ou, em termos de contagem, de “subtração”. Esses sentidos também mobilizam o da falta de relevância, o da carência, o da restrição ou limitação (“só isso”), reencenando o problema da “margem”, daquilo e daqueles que “não importam”, que têm acesso limitado ou negado, cujos direitos são “subtraídos”, considerados entraves. “Mais um” reforça a imagem do “erro de conta”, que começa por subtração, e permanece por uma “adição” que remete à repetição. É “mais um” a ser violentado, como se um “a mais” (adição) não fosse um “diferente” que é inserido no grupo dos violentados, mas “novamente um”, o mesmo, que se repete. “Só mais um”, portanto, é alguém que, sistematicamente, não importa, a cujo acesso é imposto um limite, cuja exclusão se repete, moldando a estrutura social.

“Só mais um” é uma expressão “comum” que revela a transformação das minorias sociais em embaraços, tornando-as aptas à manutenção estrutural da violência, como produtos de uma técnica de errar a conta da partilha social. Essa técnica opera por distinção, sustentando violentamente a imagem do “comum”. Nesse sentido, o elemento distinguido (o negro, no contexto do racismo sistêmico) passa a ser o receptor da violência social

normalizada: alguém que pode ser violentado porque é negro, não porque é criminoso/traficante (álibi para a manutenção da violência). Lemos uma “adição de subtrações”, ou repetição de uma subtração fundamental do próprio reconhecimento da humanidade desses grupos, “normalmente” (frequentemente e com normalidade) relegados ao silêncio ou ao “barulho animal”, retomando a leitura que Rancière faz do modo como Platão lê *demos*.

Ao trazer como enunciador da expressão a imagem policial, o *spoken word* denuncia essa violência/exclusão estrutural de um Estado que se afirma democrático. Enquanto o uso cotidiano da expressão “era só mais um” perpetua a violência e produz conformismo, mantendo-a invisível – uma invisibilidade de fachada –, a exposição dessa expressão pelo *spoken word* intenciona viabilizar tanto a denúncia dessa técnica (e dessa invisibilidade), de modo que o olhar do leitor se volte a ela; quanto, de certa forma, “prevenir-se” dela, algo como uma estratégia de antecipação do discurso violento, para que se possa tentar frear sua atuação. Se a violência estrutural depende de uma repetição invisível, torná-la visível e expor seus enunciadores, bem como os objetos da violência, teria um efeito preventivo. Esse efeito estaria atrelado à dinâmica entre os ouvintes/participantes. Todavia, pensar a invisibilidade como álibi para tornar aceitável a violência implicaria repensar a capacidade de reordenação simbólica dessa estratégia de nomeação do dano.

A expressão aparece em outros *spoken words*, como o de Maria Preta (2018), apresentado no Slam Resistência:

“Era só mais um Silva...” [...] Aqui, você só existe de acordo com o que tem; nasceu pobre, preto, se fudeu, não é ninguém. [...] Não se espera muito de quem vive à margem da sociedade; são os ditos “marginais”, sem conhecimento do que é igualdade. Trabalhadores enfrentando todos os dias o trem lotado, para pôr na mesa alimento e, quem sabe, um dia ser notado. Deixar de ser um indigente no meio de tanta gente como a gente, roubando e matando gente. Já que o foco tá no moleque sem oportunidade, que caiu no crime, pois camufla o golpe das autoridade que dão as ordens: oprime. Oprime os pé de barro, os neguinho, o povo pobre, mas não pode oprimir morador de bairro nobre. Essa é a realidade mostrada nos jornais de televisão, onde todo herói usa terno e todo favelado é ladrão. Mas ninguém mostra o que acontece por baixo dos panos, existem táticas infalíveis para evitar os danos. E sabe de mais? Se não é pago, é apagado. [...] Estão querendo me calar, estão tirando até o direito que tenho de argumentar. [...] Vai dizer que é vitimismo e todo mundo tá contente? [...] Não tem educação, o ensino foi privatizado. Não tem locomoção, o transporte público é pago. Não tem mais nem saúde no posto, até nos remédios. E por falar em moradia, falta, mas não falta prédio. Dizem que falta renda, já tiraram até merenda [...] mas nós tá aqui pra lutar (MARIA PRETA, 2018, [s.p.]).

O lugar “marginal” é exposto como lugar dos grupos tornados *embarços*, abjetos: “pobre, preto”, lugar dos “trabalhadores”, lugar de quem “não é ninguém”, do “indigente”. A técnica de errar a conta por confusão, e seu desdobramento em técnica de criar *embarços*, transforma tais grupos sociais em “só mais um”, o que representa “nenhum”, “ninguém”, no sentido da falta de importância daqueles que “não contam”, não são contados, não têm voz. A imagem abjeta do lugar do “crime” molda o olhar social, que é exposto, pelo *spoken word*, como produto da falta de “oportunidade”, da “opressão”. A manutenção da violência é denunciada nos discursos político-midiáticos, nos “jornais de televisão”, por sua técnica de “confundir” (“todo herói usa terno e todo favelado é ladrão”). As “táticas infalíveis”, a imagem dos “danos”, as estratégias de “apagamento”, a remoção do “direito” de argumentar, direito à palavra, ao *logos* – todos esses termos retomam o campo semântico da discussão trazida pela leitura de Rancière. As carências apontadas (transporte, educação, saúde) marcam o esvaziamento dos direitos. O *spoken word* nomeia, portanto, o dano, o erro de contagem de uma maioria numérica que “paga a conta” da história escrita *sobre* ela. Ao nomear o dano que torna as vozes inaudíveis, o *spoken word* se projeta como voz a ser contada, de modo a reivindicar o lugar da voz do todo. Do “lugar nenhum” na tomada de decisões da cidade, lugar “abjeto”, lugar “de espera”, lugar do “deportado”, lugar do “resto”, tais grupos poderiam pleitear “todos os lugares”, lembrando a reflexão de Rancière – “tudo e o resto” –, lembrando *khôra*, com Derrida. Esse deslocamento configuraria um *embarço* em resposta ao anterior, uma estratégia de “volteio”, recuo da cena que afasta para o lugar abjeto.

No *spoken word* de WJ, a imagem do “meu povo”, aliada à conclusão – “minha endola é a leitura, meu fuzil é o papo reto” –, aparecem justamente como “volteio” que denuncia as técnicas de confusão e *embarço* que viabilizam o racismo estrutural. As imagens produto da confusão do negro com o traficante, “fuzil” e “endola”, são ressignificadas pelos campos semânticos da verdade e do esclarecimento, “papo reto”, “leitura”, de modo a “voltagear” a cena, recuperar a palavra e se prevenir da violência, da “confusão”. Essa estratégia de volteio participa do deslocamento do lugar do grupo violentado ao lugar do todo, do povo – singularmente, do “meu” povo. O “povo”, na leitura que Rancière (1996, p. 36) faz da cena grega, é caracterizado por múltiplos seres “anônimos”, sem nome próprio, sem propriedade, que não contam, ou seja, cuja palavra é “percebida como barulho” (p. 36), de modo a prejudicar a “distribuição ordenada dos

corpos em comunidade” (RANCIÈRE, 1996, p. 51), provocando o erro de contagem. Para Rancière, a palavra “povo” nomeia, então, o “dano imemorial e sempre atual pelo qual a ordem social se simboliza rejeitando a maioria dos seres falantes para a noite do silêncio”, e este seria justamente o “conflito fundamental [...] em torno da relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a capacidade política” (p. 36), uma vez que

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Os que não *contam*, que são “só mais um”, são trazidos à contagem, à palavra. Com Rancière (1996, p. 36),

Há política porque o logos nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolúvelmente a contagem que é feita dessa palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho.

Nesse sentido, a “relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a capacidade política” de transtornar a divisão é ressaltada.

Na compreensão de Rancière (1996, p. 24), há política a cada vez que uma “parcela dos sem-parcela”, uma parte dos que não têm parte no todo, dos que não têm o direito de ter parte, nomeia esse dano (o dano de ser “nada”) e reclama, então, a condição de ser “tudo”: “é em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que o povo se identifica com o todo da comunidade”. Seguindo a compreensão de Rancière, na leitura dos *spoken words*, tal nomeação do dano se torna uma estratégia de “volteio”, permitindo não apenas a denúncia desse dano, mas também o recuo de sua repetição e a projeção de uma saída, do lugar de uma parcela tornada suporte silenciado por sobre o qual edificar suas instituições, perpetuando uma violência fundadora, para o lugar do todo da comunidade, a ameaçar tais instituições edificadas. Nesse sentido, cada *spoken word*, ao nomear o dano, o “ser de nada” – produto dessas técnicas de errar a conta –, e tomar para si o nome do povo, faz política, ao mesmo tempo em que revela a obviedade, na percepção social, como esvaziamento da capacidade política dos direitos humanos, que passam a ser lidos como entraves ao processo democrático, embaraços ao bom desempenho do Estado ou à finalidade do mercado. Os direitos, no cenário denunciado, são aqueles que perderam sua “capacidade de singularização polêmica”, nos termos

de Rancière (1996, p. 125), ou seja, “a frase igualitária” deixou “de ser fraseada, interpretada na argumentação de um dano que manifesta sua efetividade litigiosa”. Nesse contexto, “a humanidade não é mais atribuída de forma polêmica às mulheres e aos proletários, aos negros ou aos condenados da terra”, e o “predicado ‘humano’ e os ‘direitos humanos’ são simplesmente atribuídos, sem frase, sem mediação, a seu titular, o sujeito ‘homem’” (p. 125).

Esse deslocamento pode explicar manifestações sociais de repúdio às políticas de acesso, lidas como políticas de “impedimento” à igualdade. A mesma impossibilidade de singularização polêmica, conflituosa, pode explicar a leitura da censura à liberdade de expressão individual como proteção do direito coletivo, a exemplo do apagamento da arte de rua paulistana, e sua museificação; bem como o apoio a medidas violentas sob o nome de “pacificação”. Essas inversões moldam ideologias que buscam frear a adesão necessária à eficácia dos movimentos sociais. Estes dependem do que Lefort (1983, p. 76) chama de “consciência dos direitos”, indissociável dos próprios direitos, consciência que é melhor partilhada quando os direitos são declarados, ou seja, quando se tornam visíveis pelas leis, quando o poder afirma garanti-los. A passagem das carências a direitos civis garantidos pelo Estado, impelida por movimentos sociais, permite que sejam assegurados a gerações futuras, tornando-os instituições políticas (ROCHA, 2011, p. 51), num processo histórico e dialético de formação democrática. O esvaziamento dos direitos humanos, sua transformação em embaraços, a criminalização de movimentos sociais são técnicas que buscam esvaziar essa capacidade política.

A habilidade dos *spoken words*, no contexto da competição Poetry Slam nacional, de “frasear” o dano, de participar da partilha dessa consciência dos direitos, de manifestar a efetividade litigiosa e tornar visível o “povo”, de modo a “fazer política” no ato da *performance*, da poesia, permite repensar as relações entre política, democracia e literatura num presente de represa estética, ou seja, impedimento de processos de emancipação que permitiriam a invenção de práticas previamente inexistentes, modos de percepção e sensibilidade que deslocariam o embaraço e criariam possibilidades inéditas. Por um lado, os *spoken words* projetam uma esperança de reformulação do universo do possível por meio de um processo estético-político capaz de permitir o encontro conflituoso de percepções, de modo a *dizer* as carências não ditas/não vistas por que “comuns” – as carências que compõem o “óbvio” –; e, como

participantes de um movimento social, passar, como lê Rocha a respeito de Lefort (1983, p. 51), dessas carências às reivindicações, até chegar aos direitos garantidos por leis, delineando certo sentido de democracia. Por outro, estão presos a uma série exaustiva de remissões (exposta pelas *performances* de sujeitos que as suportam) mantidas por diferentes forças de dominação, cuja violência constitutiva produz “cansaço”, impede o processo estético-político de abertura do possível.

Esse cansaço pode ser lido no *spoken word* de Igor Chico (2018) para o programa “Manos e Minas”, da TV Cultura, apresentado pela atriz e *slammer* Roberta Estrela D’Alva:

Fazer um din não sei pra quem, se pra gente não sobra nenhum. Como que eu mantenho a luz se a tv só me apaga? Como que eu aguento o frio sem podê me escondê no capuz porque se não a rota para? Ele não. Ele nunca. Mas queria nenhum deles, de preferência. De preferência, nós e quem pra nós é referência. De preferência, quem não bateu panela na sacada. Ó que fita, é a democracia morreno, sem nem ter sido apresentada pra quebrada. [...] Eles, o centro branco da cidade, nós, o centro preto do alvo, e eles pedindo paz? [...] Benza, mãe. Reza aí pra não chover. Imagina se a polícia me pega com guarda-chuva na mão? Nós carrega o impossível nas costa, e ninguém segura nem nossa bolsa no buzão. Todo dia deixano de cuidar das plantinha só pra ir encher o bolso do patrão. Eu até queria um poema firmeza, outras narrativa pra nós, tá ligado? Mas é que o balanço do buzão, navio, me dá ânsia e até pra vomitar eu tô cansado. Eu até queria chorar, mas infelizmente é só um cisco. Eu olho pra pedra, é só uma pedra. Eu olho pro parque, não vejo as criança. Como que eu vou tirar poesia disso? Custou caro nosso sorriso, mas ainda é muito pouco. Tudo o que eu falo é proibido, por isso que eu vivo rouco. Tudo o que eu sonho é arriscado, por isso que me tiram de louco. Quebrado, porém livre, tipo Cuba. Perseguido, mas de pé, tipo os preto de Cuba. [...] Tudo ainda é igual antes. E por mais que eu corra, eles sempre chegam antes. Mas eu ainda ouço a voz de Deus pedindo pra alguns desistir. Já são 500 anos de fim do mundo. É melhor nós se vê junto, do que chegá antes. [...] (CHICO, 2018, [s.p.]).

O *spoken word* expõe a técnica da confusão pela imagem da polícia (“Imagina se a polícia me pega com guarda-chuva na mão?”; “Como que eu aguento o frio sem podê me escondê no capuz porque se não a rota para?”) contra o povo negro, num contexto de apagamento político-midiático (“a tv só me apaga”), de falta de representatividade (“nenhum deles”, “nós e quem pra nós é referência”), de hipocrisia do lugar “comum” mantido por racismo estrutural (“Eles, o centro branco da cidade, nós, o centro preto do alvo, e eles pedindo paz?”), de exploração (“encher o bolso do patrão”), de modo a expor o lugar de sustentáculo que o grupo oprimido ocupa em relação à ordem (“Nós carrega o impossível nas costa”). O texto faz uma analogia entre o balanço do navio negreiro e o balanço do ônibus, de

modo a ressaltar o cansaço que impede a retomada da cena, que impede a sensibilização, a poesia. Destaca a proibição da fala, da palavra, do *logos*. Projeta, por fim, com a referência à história da escravidão, uma ideia de liberdade cerceada pela repetição da violência sob o signo da meritocracia, “Tudo ainda é igual antes. E por mais que eu corra, eles sempre chegam antes”, de modo a voltar a cena (“É melhor nós se vê junto do que chegá antes”) para uma ideia de união comunitária, capaz de projetar a ocupação do lugar do todo. A imagem da democracia morrendo “sem nem ter sido apresentada pra quebrada” expõe o embaraço da contagem das partes, o dano que fundamenta a distribuição sociossimbólica e impede a realização do projeto democrático.

Em grande parte, os discursos de divulgação enfatizam um potencial de transformação sociossimbólica dos *spoken words*, nos Slams, investindo numa imagem de democracia que retoma a cena grega como aliada. Os *spoken words* apresentados aqui, por sua vez, enfocam a confusão e o embaraço que fundamentam a contemporaneidade de uma “democracia mal contada”. Do lugar dos “sem-parcela”, dos que são “só mais um”, o *contar* dos que foram removidos da *contagem* manifestaria “atividade política” na projeção de um *logos* em resistência, um espaço próprio recuado, capaz de “desfazer as divisões da ordem policial”, em nome do todo de um “povo”. Esse lugar da falta, sem propriedade, capaz de ocupar “tudo e o resto”, retomaria, do nome do povo como lugar ocupado pelo discurso das minorias sociais, nos *spoken words*, o lugar de um *gênos*, relendo a referência platônica, que afetaria toda a política de lugares atribuíveis: o lugar/não lugar de *khôra*. O potencial de reordenação sociossimbólica (de transtornar tais lugares e se deslocar do lugar abjeto para o lugar do esclarecimento) dos *spoken words*, de suas técnicas de “volteio”, na cena dos Slams brasileiros, permanece por verificar.

---

## REFERÊNCIAS

CHICO, Igor. *É a democracia morrendo sem ter sido apresentada pra quebrada*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9iSRMYoMarQ>>. Acesso em: jan. 2019.

D’ALVA, Roberta Estrela. Um microfone na mão e uma ideia na cabeça: o Poetry Slam entra em cena. *Synergies Brésil*, n. 9, 2011, pp. 119-126.

D’ALVA, Roberta Estrela. *Teatro hip-hop: a performance poética do ator-MC*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

- ÁGORA DO agóra. Direção de Del Chaves *et al.* Documentário (32 min.). Youtube. Programa VAI2, Secretaria de Cultura Municipal de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9xvcLSj-ICo>>. Acesso em: jan. 2019.
- DERRIDA, Jacques. *Enlouquecer o subjétil. Jacques Derrida e Lena Bergstein*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora Unesp/Imprensa Oficial, 1998.
- DERRIDA, Jacques. *Khôra: o ensaio sobre o nome*. Campinas: Papirus, 1995.
- JESUS, Wesley (WJ). *Slam Século XXI*. Produção de Fernando Salinas. Vídeo. Edição: 18/09/2017. Praça Mauá, Rio de Janeiro. Slam Resistência/Slam Grito Filmes: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=68yppqmQZVE>>. Acesso em jan. de 2018.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARIA, Victória (Maria Preta). *Slam Era só mais um Silva*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oaIsYRI5fSs>>. Acesso em: jan. 2018.
- NEVES, Cynthia Agra de Brito. Slams – letramentos literários de reexistência ao/no mundo contemporâneo. *Linha D'Água [On-line]*, São Paulo, v. 30, n. 2, out. 2017, pp. 92-112.
- PLATÃO. *Timeu-Crítias*. Trad. Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.
- ROCHA, A. Introdução – dialética e democracia. In: LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, pp. 43-55.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Ed 34, 1996.
- YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981, pp. 11-19.

Recebido: 2/12/2019

Aceito: 24/2/2020

Publicado: 17/6/2020